

**COMPANHIA DE GÁS DE MATO GROSSO DO SUL**



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013**

Página 1 de 6

CNPJ: 02.741.679/0001-03

**Carta aos Acionistas**

Prezados Acionistas,

Os administradores da MSGÁS submetem à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2013.

O ano de 2013 foi marcado por um avanço regulatório, com aplicação pela AGEPAN Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul, das portarias que regulam as condições gerais de fornecimento e qualidade dos serviços tanto para o mercado existente, quanto para o mercado livre, e ainda, disciplinou o procedimento de revisão tarifária.

Os investimentos da Companhia, no montante de R\$22,19 milhões, foram priorizados para a aquisição de materiais para interligação à indústria Eldorado, o desenvolvimento dos segmentos residencial e comercial para as cidades de Campo Grande e Três Lagoas e a realização da obra para atender o abastecimento da UFN III- Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III - MS, localizada em Três Lagoas.

A administração marcou o encerramento do ano com a realização do Workshop: Realizações 2013 - Planejamento 2014, com a participação de sua força de trabalho, fazendo um balanço do que ocorreu, analisando o que poderá ser melhorado em 2014, mas principalmente, confraternizando e agradecendo a todos pelo apoio para o cumprimento de metas.

Atenciosamente,

**A DIRETORIA EXECUTIVA**

**Objeto Social**

A MSGÁS tem como principal atividade a exploração dos serviços de gás canalizado a todo e qualquer consumidor ou segmentos de mercado, independente da finalidade, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, como estabelecido no Contrato de Concessão firmado em 29 de Julho de 1998, para o prazo de 30 anos.

As atividades da Companhia são reguladas pela AGEPAN Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul.

Consta em seu Estatuto Social, o seguinte objeto social:

"I - Executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento; produção e comercialização independente de energia elétrica; transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio de implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural.

II - Exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros."

**Área de Concessão**

A área de concessão abrange os 79 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, com uma população de 2,6 milhões de habitantes. A MSGÁS possui unidades operacionais atuando nas cidades de Campo Grande e Três Lagoas, e implantada em Corumbá.



**Destaque de 2013**

**Regulação** - publicado pela AGEPAN, os seguintes marcos regulatórios:

Portaria no.94/2013 Estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul;

Portaria no.95/2013 - Dispõe sobre a Qualidade dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul;

Portaria no. 102/2013 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para formulação e apresentação de propostas de Revisão Ordinária e Extraordinária das Tarifas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Mato Grosso do Sul, prestados pela Concessionária;

Portaria no. 103/2013 - Estabelece as Condições Gerais para a Prestação de Serviço de Distribuição de Gás Canalizado a Consumidor Livre, Autoimportador e Autoprodutor no Estado de Mato Grosso do Sul.

**Obra UFN III** - Concluída a implantação da estação de medição e da rede de 4.193 m do ramal de distribuição que irá fornecer Gás Natural para a UFN III em Três Lagoas.

**Alavancagem Financeira** - Assinado o contrato junto ao Banco do Brasil, referente a obtenção de empréstimo junto ao FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, por intermédio do agente financeiro Banco do Brasil S.A., objetivando a implantação da Rede de Distribuição que irá fornecer Gás Natural para a Eldorado Celulose no município de Três Lagoas.

**SMES** - Obtida a 3ª colocação no Prêmio de Gestão das Distribuidoras de Gás Natural promovido pela Petrobras na categoria Gestão de SMES - Segurança, Meio Ambiente, Eficiência e Saúde.

**Desempenho Financeiro**

Em 2013, a administração buscou a redução do custo, através de ações que visaram à otimização e economia nos processos. O resultado foi alcançado, com um índice 6,36% inferior a 2012.

	2012	2013	%
Custeio (R\$ mil)	-21.547	-20.176	-6,36%

A receita cresceu 45,92%, principalmente nos setores térmico e industrial.

	2012	2013	%
Receita Bruta (R\$ mil)	118.209	172.493	45,92%

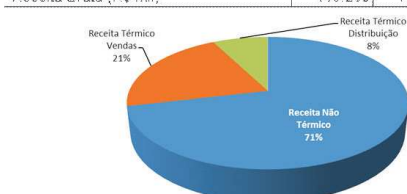


Gráfico 1 Distribuição da Receita por mercado

**Desempenho Comercial**

**Clientes**

A MSGÁS encerrou 2013 com 2.541 unidades consumidoras, o que representa um incremento de 14,61%. O segmento residencial obteve o maior incremento de clientes, 17,12% em relação a 2012.

A evolução da distribuição dos clientes por segmentos apresenta-se no quadro abaixo:

Segmentos	2009	2010	2011	2012	2013
Residencial	878	1.084	1.128	2.033	2.381
Comercial	40	45	91	160	135
Industrial	6	8	10	11	12
Cogeração	1	1	1	1	1
GNV	11	11	9	10	10
Térmica - Venda	1	1	1	1	1
Térmica - Distribuição	1	1	1	1	1
<b>Total</b>	<b>938</b>	<b>1.151</b>	<b>1.241</b>	<b>2.217</b>	<b>2.541</b>

**Consumo de Gás Natural**

No decorrer de 2013, a MSGÁS faturou 687,10 milhões de m³ de gás natural, o que representou um acréscimo de 106,70% se comparado a 2012. O índice de crescimento apontado pela Companhia resultou no desempenho positivo dos segmentos principalmente nos segmentos térmico - vendas e serviços.

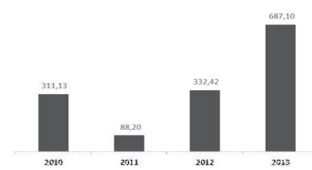


Gráfico 2 Evolução do Volume Faturado (em milhões de m³)

**Desempenho dos Segmentos**

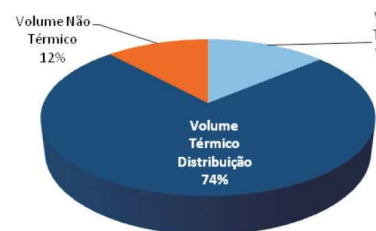


Gráfico 3 Distribuição do volume vendido por mercado

**Térmico - Vendas**

O segmento térmico obteve um crescimento de 350,058% no ano de 2013, influenciado pelo retorno do despacho da UTE William Arjona nos meses de janeiro, fevereiro, novembro e dezembro em atendimento a decisão judicial. Nos meses em questão a térmica consumiu 95,09 milhões de m³ de Gás Natural.

**Térmico - Serviço de Distribuição**

A MSGÁS agregou um acréscimo de 113,35% na prestação de serviço de distribuição de Gás Natural representados pelo fornecimento de 510,52 milhões de m³ para operação comercial da UTE Luiz Carlos Prestes em ciclo combinado. A usina pertence à Petrobras e está localizada em Três Lagoas (MS).

O aumento de despacho das térmicas é consequência da maior demanda de energia no país, e o baixo nível dos reservatórios das hidroelétricas. As termelétricas tem um papel fundamental para o sistema, uma vez que elas estão sempre aptas a gerar energia, garantindo a segurança do abastecimento.

Cabe destacar que após o fechamento de ciclo da UTE-LCP ocorrido em 16/05/2012, aliado a atual política do Operador Nacional do Sistema Elétrico, os despachos aumentaram significativamente.

Paralelamente, a capacidade operacional da MSGÁS aumentou no ano de 2013 com a implantação, pela TBG, de mais um City Gate tipo 6 (vazão de 192.000 a 3.600.000 m³/dia) no município de Três Lagoas.

O City Gate foi integrado ao sistema em operação em março de 2013, e, tem como finalidade principal o fornecimento de gás natural para a UFN III, um novo cliente do serviço de distribuição a ser iniciado em 2014.

**Não Térmico**

**Residencial**

O segmento residencial continua mantendo o desempenho dos últimos anos e em 2013, agregou um crescimento de 20,05% com o abastecimento de 2.381 unidades consumidoras na cidade de Campo Grande. O PIC Programa de Incremento ao Uso de Gás Natural adotado pela Companhia em 2011, mantém-se como uma importante ferramenta na disseminação do uso do energético nas residências. O volume faturado pelo segmento no decorrer de 2013 foi de 373,85 mil m³.

**Industrial**

A Indústria de exportação em Mato Grosso do Sul, em especial o Grupo "Papel e Celulose, embalagens de papel ou papelão e demais artefatos de papel" teve expansão em 2013 motivada pela valorização do dólar e o aumento do preço da celulose na moeda americana.

O segmento industrial, diante do cenário positivo, consumiu 72,99 milhões de m³ de Gás Natural, o que representou o crescimento na ordem de 16,57% se comparado a 2012. Os maiores clientes industriais da Companhia estão localizados na cidade de Três Lagoas, conhecida por sua potencialidade logística, possuindo quatro modais de transporte: Ferroviário, Rodoviário, Hidroviário e Aeroviário este último, iniciado em Set/13. O município é o polo industrial com o segundo maior PIB do estado de MS.

**Comercial**

O segmento comercial aumentou seu consumo na ordem de 3,57%, considerando o consumo de 1,18 milhões de m³ de Gás Natural das 135 unidades consumidoras que utilizaram o energético em 2013.

**GNV**

O mercado de GNV no estado de Mato Grosso do Sul, confirmou o desempenho do segmento obtido nos anos anteriores, apresentando uma retração de 10,98% em relação a 2012, com o consumo de 6,21 milhões de m³ de Gás Natural em 2013. A prioridade do uso do gás natural para as usinas térmicas e para as indústrias, aliada à expansão da frota de veículos bicombustíveis, inibiram o desenvolvimento do segmento.

**Cogeração**

O crescimento do custo do gás natural em comparação com a energia elétrica viabiliza a utilização do GN em Mato Grosso do Sul apenas no horário de ponta, motivo pelo qual o segmento retroagiu em 24,85% no comparativo ao ano anterior, sendo seu consumo em 2013 de 742,26 mil m³.





**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (MSGÁS) em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

**Imposto de renda e contribuição social**  
Conforme descrito na nota explicativa nº 3.1, o imposto de renda é apurado com base no lucro real, recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. A companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica ano-base de 2008. Em 2014, deverá optar pelo RTD, caso o texto da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013 seja aprovado pelo Congresso Nacional nos mesmos termos de sua edição.  
Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

**Partes relacionadas**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, a companhia possui transações significativas com partes relacionadas decorrentes de operações de compra e venda de gás natural, realização de obras de rede de distribuição de gás natural e para aquisição de ativos intangíveis. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**  
Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (MSGÁS), cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 08 de fevereiro de 2013, sem ressalva e com ênfase de que conforme mencionado na nota explicativa nº 13, às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012, a companhia, com base nas orientações e interpretações técnicas do CPC 30 Receita e do CPC 17 Contratos de Construção, tem efetuado registros em conta de receitas em contra partida em custos de construção, como "outras receitas operacionais", a título de provisão de receitas e dos correspondentes custos, de valores idênticos, vinculados a investimentos em obras de infraestrutura, que ao final da concessão deverão ser devolvidos ao poder concedente. Destacando que embora divulgada a ocorrência desses registros contábeis, os mesmos não produziram reflexos no resultado do exercício, bem como no patrimônio líquido da companhia. Campo Grande, 31 de janeiro de 2014.

**UHY MOREIRA AUDITORES  
CRC RS 3717 S MS  
DIEGO ROTERMUND MOREIRA  
Contador CRC RS 68603 S MS  
CNAI Nº 1128  
Sócio - Responsável Técnico**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	NE	31/12/13	31/12/12
<b>CIRCULANTE</b>		<b>65.471</b>	<b>48.204</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	27.389	26.871
Contas a receber de clientes	5	28.605	12.703
Estoques		654	589
Impostos a recuperar		6.778	5.232
Partes relacionadas	6	1.864	0
Outros créditos		181	2.799
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>89.352</b>	<b>83.203</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>1.030</b>	<b>6.518</b>
Partes relacionadas	6	0	5.879
Impostos a recuperar		1.030	639
<b>Intangível</b>	<b>7</b>	<b>88.322</b>	<b>76.685</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>154.823</b>	<b>131.407</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>NE</b>	<b>31/12/13</b>	<b>31/12/12</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>39.019</b>	<b>25.086</b>
Fornecedores	8	33.282	20.178
Obrigações fiscais	12	1.795	1.371
Obrigações sociais		1.621	1.512
Adiantamentos de clientes	9	1.051	717
Outras contas a pagar		1.290	1.310
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>96.799</b>	<b>85.697</b>
Empréstimos e financiamentos	10	11.272	0
Partes relacionadas	6	67.620	2.484
Obrigações fiscais	12	537	1.641
Adiantamentos de clientes	9	9.797	72.297
Tributos diferidos		7.573	9.275
<b>PA TRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>13</b>	<b>19.005</b>	<b>20.624</b>
Capital Social		12.775	12.775
Outros Resultados Abrangentes		14.701	17.813
Prejuízo acumulado		-8.471	-9.964
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>154.823</b>	<b>131.407</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	NE	31/12/13	31/12/12
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>140.870</b>	<b>95.772</b>
<b>Custos</b>		<b>-124.481</b>	<b>-75.574</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>16.389</b>	<b>20.198</b>
<b>Despesas com Vendas/Comerciais</b>		<b>-203</b>	<b>-178</b>
<b>Despesas Operacionais</b>			
Remuneração a Dirigentes, CA e CF		-692	-742
Salários, Gratificações e Remuneração a Funcionários		-4.864	-4.296
Prestação de Serviços PJ		-1.851	-1.360
Encargos Sociais - INSS e FGTS		-2.750	-2.717
Alimentação ao Trabalhador		-710	-726
Demais Impostos, Taxas e Contrib. Exceto IR e CS		-586	-2.582
Aluguéis		-500	-510
Disp. de Veículos e de Conserv. de Bens e Instalações		-266	-284
Propaganda e Publicidade		-86	-178
Multas		0	-186
Encargos de Amortização		-506	-953
Baixa de créditos incobráveis		-7	-224
Provisão para Férias e 13º Salário de Empregados		-1.425	-1.495
Assistência Médica, Odont. e Farmácia a Empregados		-657	-595
Bens de Pequeno Valor		0	-4
Outras Receitas Operacionais		157	843
Outras Despesas Operacionais		-971	-1.524
		<b>-15.923</b>	<b>-17.540</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>263</b>	<b>2.480</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>1.394</b>	<b>694</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>		<b>1.657</b>	<b>3.174</b>
CS e IR Diferidos		97	130
Contribuição social	16	-135	-207
Imposto de renda	16	-126	-552
<b>Lucro do exercício</b>		<b>1.493</b>	<b>2.545</b>
Número de ações do capital social		<b>12.775.000</b>	<b>12.775.000</b>
<b>Lucro líquido por ação do capital em reais R\$</b>		<b>0,0001</b>	<b>0,0002</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>12.775</b>	<b>19.126</b>	<b>-12.509</b>	<b>19.392</b>
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial		-1.313		-1.313
Lucro do Exercício			2.545	2.545
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>12.775</b>	<b>17.813</b>	<b>-9.964</b>	<b>20.624</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>12.775</b>	<b>17.813</b>	<b>-9.964</b>	<b>20.624</b>
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial		-3.112		-3.112
Lucro do Exercício			1.493	1.493
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>12.775</b>	<b>14.701</b>	<b>-8.471</b>	<b>19.005</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
<b>Lucro Líquido</b>	<b>1.493</b>	<b>2.545</b>
Realização de Ajuste de avaliação patrimonial - adequação ao valor justo	-4.715	-1.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.603	675
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>-1.619</b>	<b>1.252</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - METODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do exercício	1.493	2.545
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>		
Amortização	11.781	10.089
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-3.112	0
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.701	-606
	<b>8.461</b>	<b>11.828</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) redução em contas a receber	-15.903	-3.093
(Aumento) redução em estoques	-55	-83
(Aumento) redução em impostos a recuperar	-1.938	-1.481
(Aumento) redução em outros créditos	2.619	-2.448
Redução (aumento) em partes relacionadas (A)	4.015	1.408
Aumento (redução) em fornecedores	13.086	9.345
Aumento (redução) em obrigações fiscais e sociais	-571	3.512
Aumento (redução) em adiantamentos de clientes	-62.168	14.623
(Redução) aumento em outros passivos circulantes	-21	-53
(Redução) aumento em partes relacionadas (P)	65.138	0
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>12.664</b>	<b>33.691</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições em ativo fixo	-29.778	-24.853
Baixa do Ativo Intangível	380	1.089
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos</b>	<b>-29.418</b>	<b>-23.764</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	-	-13.215
Financiamentos	11.272	-
<b>Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamentos</b>	<b>11.272</b>	<b>-13.215</b>
<b>Diminuição Líquida no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>518</b>	<b>-3.378</b>
<b>Varição líquida no exercício</b>		
Disponibilidades no início do exercício	26.871	30.249
Disponibilidades no final do exercício	27.389	26.871
<b>Disponibilidades líquidas geradas/aplicadas</b>	<b>518</b>	<b>-3.378</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/13	31/12/12
<b>Receitas</b>		
Vendas de produtos e serviços	172.490	118.209
Outras receitas operacionais	156	943
Baixa de créditos incobráveis	-7	-224
	172.644	118.828
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Matérias-primas consumidas	-120.080	-77.687
Outros Custos de produtos e serviços vendidos	-2.412	-2.051
Energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	-3.276	-3.535
	-125.768	-83.273
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>33.796</b>	<b>35.575</b>
<b>Retenções</b>		
Amortização	-11.781	-10.089
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia</b>	<b>21.985</b>	<b>25.486</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Resultados financeiros	2.746	4.006
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>24.731</b>	<b>29.492</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal e encargos	11.181	10.321
Impostos, taxas e contribuições	10.206	12.034
Alugueis	500	510
Juros e encargos financeiros	1.351	3.312
Lucro (Prejuízo) adicionado	1.493	2.545
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>24.731</b>	<b>29.492</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 29 de julho de 1998, com base na Lei Estadual nº 1.854 de 21/05/1998, alterada pela Lei Estadual nº 2.865 de 07/07/2004 sob a forma de sociedade por ações, a companhia é uma sociedade de economia mista, e seus objetivos são:

Executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, exploração, produção, aquisição, armazenamento, produção e comercialização independente de energia elétrica, transporte, transmissão, importação, exportação, fabricação e montagem de componentes necessários ao suprimento do mercado de gás; distribuição, comercialização e transporte de gás natural e/ou subprodutos e derivados, bem como atuação na área de serviços de transmissão de dados, imagens e informações, por meio da implantação de rede de telecomunicações juntamente com a rede de distribuição de gás natural. A companhia iniciou suas atividades operacionais em 01 de junho de 2001.

A Lei Estadual nº 2.865/2004 também autorizou à Companhia a participar de empresa transportadora de gás natural que construirá o gasoduto que partirá do Estado de Mato Grosso do Sul, passando pelo Estado de Goiás até o Distrito Federal.

A companhia tem a concessão exclusiva para distribuição de gás natural em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 30 anos a partir de agosto de 1998, podendo ser prorrogado por até igual período.

De acordo com o contrato de concessão todas e quaisquer obras, instalações de canalizações, redes e equipamentos, nas áreas cujos estudos de viabilidade econômica justificarem a rentabilidade dos investimentos realizados, segundo taxas de retorno não inferiores a 20% ao ano, serão encargos da concessionária.

Ao final da concessão, por decurso de prazo, todos os bens, da concessionária reverter-se-ão ao Estado de Mato Grosso do Sul (concedente) e a concessionária será indenizada pelos investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão atualizados monetariamente com base na variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna IGP-DI, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

Em caso de extinção da concessão, por expiração do prazo, encampação, caducidade, rescisão, anulação ou extinção da Companhia, a concessionária será indenizada à vista e em dinheiro, pelos serviços, obras, móveis, benfeitorias, equipamentos, redes de canalização, medidores, e todos os demais bens de seu ativo, atualizados monetariamente, capitalizados até o dia do efetivo pagamento pela variação do Índice Geral de Preços - IGP.

Na hipótese em que a extinção não decorra de fatos imputáveis à concessionária, será esta, ainda, indenizada por perdas e danos e todos os prejuízos sofridos com a extinção, notadamente pelos lucros cessantes e danos emergentes, tudo atualizado monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços/Disponibilidade Interna IGP-DI.

As tarifas são fixadas pela concessionária e aprovadas pela concedente, que também é responsável por homologar reajustes e proceder à revisão das tarifas.

A Companhia está ampliando a rede de distribuição de gás natural na cidade de Campo Grande/MS e no Estado do Mato Grosso do Sul para abastecer postos de gás natural veicular, comércio, indústrias, residências e empresas de serviços.

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia foram originalmente preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), com base nas disposições previstas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia adotou os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), posteriormente tornados Resolução pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), com vigência prevista para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2008. Dessa forma, esses pronunciamentos estão aplicados no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e estendidos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins comparativos.

- Eventos subsequentes

A entidade avaliou os eventos subsequentes até 31 de janeiro de 2.014, que é a data da aprovação das demonstrações pela administração da empresa.

- Moeda funcional

A moeda funcional utilizada pela empresa é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis onde os valores são expressos em milhares de reais.

#### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Sumário das práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.

**Ativo intangível**

A Companhia procedeu, em 2010, a reclassificação dos bens dos ativos imobilizado e diferidos para o ativo intangível, de acordo com as disposições previstas na NBC TG 04 Ativo Intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10, com base no disposto na Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09.

#### 3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. Já a receita de serviços é reconhecida no resultado em função de sua prestação.

##### Receitas e custos de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidência seja tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01(R1), foram reconhecidas conforme a NBC TG 30 Receitas, que orienta o reconhecimento na proporção dos gastos recuperáveis e estabelece que, quando não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação, não deve ser reconhecido qualquer lucro.

##### Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação de registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas civis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao

processo de sua determinação.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

##### Instrumentos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação:

- Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida são classificados como disponíveis para venda.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moeda estrangeira desses instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidas dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulado no patrimônio líquido é transferido para resultado.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações reconhecidas no resultado.

As características operacionais e estrutura patrimonial colocam a companhia em um ambiente onde o risco de mercado é pequeno. Os contratos de compra e de fornecimento relativo ao gás das termoeletrécias preveem variação cambial, uma vez que, estão sujeitos a variação do dólar norte-americano. A administração não utiliza os diversos instrumentos financeiros disponíveis, para proteção dos riscos de mercado.

O risco na compra de gás está relacionado ao fornecimento exclusivo de gás natural por parte da Petrobras. Este risco é minimizado pela solidez financeira e operacional da Petrobras.

Com relação aos demais instrumentos financeiros, a companhia adotou os seguintes procedimentos:

Aplicações financeiras e demais itens de ativos e passivos circulantes os valores representam de forma adequada os seus correspondentes valores de mercado.

Passivos não circulantes compostos por recursos obtidos de contratos de mútuo para financiamento das redes de distribuição de gás natural, dentro de condições de mercado, as taxas de juros vigentes. Os saldos contábeis estão próximos dos seus respectivos valores de mercado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

##### Ativos circulantes e não circulantes

- Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos valores de reposição ou realização.

- Intangível

Registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos da amortização acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil conforme estabelecido no contrato de concessão.

- Redução ao valor recuperável

Os itens do ativo intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor, nos termos da NBC TG 01 - Redução ao valor recuperável dos ativos.

Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

##### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09, de forma irretroativa, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica do ano base de 2008. Em 2014, deverá optar pelo RTD, caso o texto da MP 627 -13 seja aprovada pelo Congresso Nacional nos mesmos termos de sua edição.

Demonstrativo do valor adicionado DVA (NBC TG 09)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	2013	2012
Caixa	-	1
Bancos	94	84
Aplicações financeiras	27.294	26.786
<b>Total</b>	<b>27.388</b>	<b>26.871</b>

#### 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 2013, foi lançado no resultado da companhia a baixa de créditos incobráveis, no valor de R\$ 7, sendo R\$ 1 do cliente FUNSAU e R\$ 6 do cliente Hospital Universitário M<sup>ã</sup> Aparecida Pedrossin, tendo em vista que a administração não vislumbra possibilidade de recebimento de tais recursos.

	2013	2012
Clientes	28.612	12.927
Baixa de Créditos Incobráveis	-7	-224
<b>Total</b>	<b>28.605</b>	<b>12.703</b>

#### 6. PARTES RELACIONADAS

Está representada por contrato de aquisição de gás natural no ativo, como adiantamento a fornecedores e no passivo por contrato de mútuo mantido com a empresa Petrobras Distribuidora S.A. cujos valores foram obtidos para realização das obras de rede de distribuição de gás natural e contratado basicamente para aquisição de ativos intangíveis da Companhia em 2001 e 2002. A composição dos saldos atualmente está demonstrada a seguir:







a. **Capital**  
As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam das seguintes vantagens: a) prioridade no recebimento do dividendo mínimo, cumulativo, de 6% (seis por cento), calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ação, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos obrigatórios, se este for superior ao mínimo; b) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia; e c) participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes.

b. **Reserva de Capital**  
Não há Reserva de Capital constituída.

c. **Reserva Legal**  
Não há Reserva Legal Constituída, porém, quando constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, será na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital.

d. **Dividendos**  
É assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo mínimo de 25%, disposição essa contida na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia.

e. **Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial**  
Constituído mediante contrapartida com a conta de adiantamento de clientes Petrobras S.A., tendo em vista a baixa possibilidade de compensação dos valores recebidos em adiantamento, conforme cálculos reais realizados, no valor de R\$ 22.275 em contrapartida com a conta de adiantamento de clientes Petrobras S.A., devidamente deduzidos dos tributos diferidos de CSLL e IRPJ nos valores de R\$ 2.005 e R\$ 5.569, respectivamente.

f. **Prejuízo Acumulado**  
Com a adoção dos critérios legais para análise do valor recuperável do ativo, e sua aplicação em 2008, houve significativo impacto contábil no Patrimônio Líquido, em vista da BAIXA dos ativos referente ao Ramal de gás natural instalado em Corumbá (35 Km) no valor de R\$ 29.090.

O efeito desse impacto somado ao prejuízo da atividade apurado em 2008, depois de compensadas reservas existentes, no valor de R\$ 7.803, resultou no valor negativo (prejuízo) de R\$ 36.892. Desta forma o Balanço Patrimonial, passou-se a apresentar um Passivo a Descoberto.

Com o Lucro Líquido apurado anualmente de 2009 a 2013 a conta de Prejuízos Acumulados ainda mantém um saldo negativo de R\$ 8.471.

Tendo em vista o Ajuste de Avaliação Patrimonial realizado até 2013 no valor de R\$ 14.701 deduzidos a CS e IR diferidos, o Patrimônio Líquido ficou positivo em R\$ 19.005.

f.1 histórico dos prejuízos acumulados:

Saldo de Lucros (prejuízos) em 31/12/06	0
Lucro (prejuízo) apurado em dezembro/2007	(1.198)
Absorção de prejuízo por retenção de Lucros	519
Absorção de prejuízo por reserva legal	679
Saldo de Lucros (prejuízos) em 31/12/07	0
Lucro (prejuízo) apurado em dezembro/2008	(37.391)
Absorção de prejuízo por reserva legal	30
Absorção de prejuízo por reserva de capital	489
Saldo de Lucros (prejuízos) em 31/12/08	(36.892)
Lucro (prejuízo) apurado em dezembro/2009	812
Saldo de Lucros (prejuízos) em 31/12/09	(36.080)
Lucro (prejuízo) apurado em dezembro/2010	13.219
Saldo de Lucros (prejuízos) em 31/12/10	(22.861)
Lucro (prejuízo) apurado em dezembro/2011	10.352
Saldo de Lucros (prejuízos) em 31/12/11	(12.509)
Lucro (prejuízo) apurado em dezembro/ 2012	2.545
Saldo de Lucros (prejuízos) em 31/12/12	(9.964)
Lucro (prejuízo) apurado em dezembro/2013	1.493
Saldo de Lucros (prejuízos) em 31/12/13	(8.471)

**14. RECEITA BRUTA E RECEITA/CUSTOS DE CONSTRUÇÃO**

a. A receita bruta é formada por valores relativos ao fornecimento bruto de gás

	2013	2012
<b>Receitas</b>		
Receita com venda de gás	159.416	110.283
Receita com venda de serviços	13.077	7.926
<b>Receita Bruta</b>	<b>172.493</b>	<b>118.209</b>
<b>Deduções incidentes sobre vendas</b>		
(-) ICMS	-18.316	-12.398
(-) ISS	-654	-396
(-) PIS	-2.257	-1.720
(-) COFINS	-10.396	-7.923
<b>Soma das deduções</b>	<b>-31.623</b>	<b>-22.437</b>
<b>Receita líquida R\$ mil</b>	<b>140.870</b>	<b>95.772</b>

b. A receita e custos de construções são apresentadas para atender ICPC 01 (R1) A orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidencição das receitas e dos custos de construção. A MSGÁS não tem a construção de gasodutos como atividade fim, nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a MSGÁS integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural.

A receita de construção foi apurada conforme determinação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, da Orientação OCPC 05 – Contratos de Concessão, da NBC TG 17 – Contratos de Construção e da NBC TG 30 – Receitas. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, mas as transações de onde fruíram os benefícios não podem ser mensuradas confiavelmente, pois os clientes não têm consumo fixo de gás.

Receita de construção	23.336
Custos de construção	-23.336
<b>Receita líquida</b>	<b>0</b>

**15. COBERTURA DE SEGUROS**

É política da Companhia, manter cobertura de seguros por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feita por consultores especializados. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

**16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei 11.941/09, exercício de opção este que foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica do ano base de 2008.

Em 2013 o cálculo do IRPJ e CSLL, para fins fiscais, foram efetuados considerando a taxa de amortização estabelecida no contrato de concessão (10%), em relação a todos ativos intangíveis da empresa.

	2013	2012
Receitas	143.774	100.622
Despesas	-142.339	-98.634
Adição – Provisão CS	124	293
Adição – Provisão IR	98	193
Adição – Amortização de ajuste referente 2001 e 2002	80	106
Adição – Baixa referente aux. materialidade não compensado	9	0
Adição – Eventos e patrocinios	0	10
Adição – Brindes promocionais	0	1
<b>Lucro antes da compensação de prejuízos acumulados</b>	<b>1.746</b>	<b>3.291</b>
(-) Compensação de 30% referente prejuízos acumulados	-524	-987
Base de Cálculo da CSLL e IRPJ normal	1.222	2.304
- 9% CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	110	207
- 15% IRPJ – imposto de renda – pessoa jurídica	183	346

	2013	2012
Base de Cálculo da CSLL e IRPJ normal	1.222	2.304
Dedução de R\$ 20.000,00 x 12 meses	-240	-240
Base de cálculo do IRPJ adicional 10%	982	2.064
10% IRPJ adicional	98,2	206,4
<b>Total do IRPJ normal + adicional</b>	<b>291</b>	<b>552</b>

**17. Valor justo dos instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis pelos valores de custo e as respectivas apropriações de receitas e despesas, contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Para enquadramento às normas do IFRS 7, a Companhia necessita classificar a mensuração do valor justo de acordo com níveis hierárquicos que reflitam significância dos índices, conforme segue:

**Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

**Nível 2 -** Outras informações, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

**Nível 3 -** Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia não possui instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado anteriormente, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias, em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração conforme tabela abaixo.

(R\$ mil)	2013		2012	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
(I) Caixa e equivalentes de caixa	27.389	27.389	26.871	26.871
(II) Contas a receber	28.605	28.605	12.703	12.703
(III) Partes relacionadas – Ativo	1.864	1.864	5.879	5.879
Ativos financeiros totais	57.858	57.858	45.453	45.453
(II) Fornecedores	33.262	33.262	20.176	20.176
(III) Partes relacionadas – Passivo	67.620	67.620	2.484	2.484
(II) Empréstimos e financiamentos	11.272	11.272	-	-
Passivos financeiros totais	112.154	112.154	22.660	22.660

Classificação por categoria dos instrumentos financeiros  
(I) Ativo ou Passivo Financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado  
(II) Empréstimos e recebíveis

**13. Parecer do Conselho Fiscal**

**\*COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
CNPJ 02.741.679/0001-03 NIRE 54.3.0000351-4

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013**

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - MSGÁS, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes UHY Moreira Auditores, datado de 31 de Janeiro de 2014, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, os membros desse Conselho, abaixo assinados, concluíram que as referidas Demonstrações Contábeis expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia e opinam que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa, em consonância com o disposto nos Incisos II e VII, do Art. 163 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

Campo Grande MS, 7 de março de 2014

Rodrigo Tiradentes Montechiari  
Presidente

Nelson Shiguenori Tsuchima  
Conselheiro

Renato Katayama  
Conselheiro

**14. Administração e Conselho Fiscal**

**Participação Acionária da Companhia e Composição do Capital**

A MSGÁS é uma sociedade de economia mista, sendo 51% do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e 49% da Petrobras Gás S.A. GASPETRO, com um capital social de R\$ 12.775.000,00.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato até 28/01/2016

Titulares	Suplentes
Carlos Alberto Negreiros Said Menezes <sup>(1)(2)</sup>	Amilton Luis de Oliveira <sup>(1)</sup>
Lucio Murilo Fregonese Barros <sup>(2)</sup>	Fabio Edir dos Santos Costa <sup>(1)</sup>
Edson Giroto <sup>(2)</sup>	Mário Basso Dias Filho <sup>(1)</sup>
<b>Fabrizio Bomtempo de Araújo<sup>(1)</sup></b>	<b>Fátima Valéria Araújo Barros Pereira<sup>(1)</sup></b>
<b>Monique Bernardo Ferraz de Araújo<sup>(2)</sup></b>	<b>Marcos Antônio Peres Martins<sup>(1)</sup></b>

<sup>(1)</sup> Presidente do Conselho de Administração  
<sup>(2)</sup> Vice Presidente do Conselho de Administração  
<sup>(1)</sup> Voto em Assembleia Geral do Mato Grosso do Sul  
<sup>(2)</sup> Licitação Acionista Deserta

**DIRETORIA EXECUTIVA**

<sup>(1)</sup> Mandato até 29/01/2016 <sup>(2)</sup> Mandato até 11/04/2014

Lucio Murilo Fregonese Barros	Diretor Presidente <sup>(1)</sup>
Evandro Eurico Faustino Dias	Diretor Administrativo Financeiro <sup>(1)</sup>
Eduardo Cabral Passos	Diretor Técnico e Comercial <sup>(1)</sup>

**CONSELHO FISCAL**

Mandato até 29/01/2014

Titulares	Suplentes
Renato Katayama	Nelci Maria de Melo
Nelson Shiguenori Tsuchima	Vicente Hiroyuki Yasunaka
Rodrigo Tiradentes Montechiari	Lorival Antunes da Silva

**RESPONSÁVEL TÉCNICO: ENGENHARIA**

Luiz Antônio Duarte Eng.º Mecânico CREA/RS 73.864 D

**RESPONSÁVEL TÉCNICO: CONTÁBIL**

Validércio Ferreira Leonel Contador CRC/MS 3.294/0-4